



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**ESCOLA E FAMÍLIA: A POSSIBILIDADE DE UMA
ARTICULAÇÃO PROMISSORA E POSSÍVEL NO
PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria Hecilia Rodrigues Bezerra

Santa Maria-RS – Brasil

2009

**ESCOLA E FAMÍLIA: A POSSIBILIDADE DE UMA
ARTICULAÇÃO PROMISSORA E POSSÍVEL NO
PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR**

por

Maria Hecilia Rodrigues Bezerra

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão
Educativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador (a): Prof^a Dr^a Maria Elizabete Londero Mousquer

Santa Maria-RS – Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ESCOLA E FAMÍLIA: A POSSIBILIDADE DE UMA ARTICULAÇÃO
PROMISSORA E POSSÍVEL NO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR**

elaborada por
Maria Hecilia Rodrigues Bezerra

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Elizabete Londero Mousquer, Prof^a. Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Lorena Inês Peterini Marquezan, Prof^a. Ms. (UFSM)

Maria Eliane Alves Lobo, Ms. (SME/PMF/CE)

Fortaleza, 11 de dezembro de 2009.

Dedico este trabalho aos meus irmãos Welton, Wilson, Hermília, e Herlene, como forma de representar uma vitória nossa, pois entendo que sendo de uma das milhares de famílias que por razões diversas, não elegeu a educação como prioridade, a conquista de um, deve ser partilhada com todos.

AGRADECIMENTOS

É certo que representamos apenas mais uma turma que se encerra, porém também é válido lembrar que fomos a primeira turma do nosso município nesta modalidade, em que, a distância não impediu que estivéssemos sempre presentes.

Cabe, portanto agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente, se empenharam, contribuíram e provaram que o novo não deve assustar, e sim, impulsionar para um objetivo maior.

Agradeço então a Deus, a minha família, aos professores (as) do presente curso, em especial a Denise, Alexandra e Eliane, que apesar de distantes, estiveram muito próximas com seu imenso carinho e dedicação.

Agradeço à professora e orientadora, Bete que de forma sensível, muito humana e competente, nos conduziu tão bem nesse processo para mim, novo, e com certeza muito difícil.

À banca examinadora deste trabalho, pela contribuição, disposição e seriedade dedicada a todos nós.

Aos colegas de turma, com os quais tive o privilégio de “conviver” e aprender muito.

A Ana Cristina, pelo companheirismo, paciência e amizade que só cresceu no decorrer desta caminhada.

*“Participação é construção em conjunto.
No processo participativo, todos precisam ser
ouvidos, pois todos nós pensamos”.*
Gandin (1994, p.24)

RESUMO

Monografia de Especialização
Pós-Graduação em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCOLA E FAMÍLIA: A POSSIBILIDADE DE UMA ARTICULAÇÃO PROMISSORA E POSSÍVEL NO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR

Autora: Maria Hecilia Rodrigues Bezerra
Orientador: Maria Elizabete Londero Mousquer
Data e Local da Defesa: Fortaleza, 11 de dezembro de 2009.

Diante do imenso desafio de transformar e tornar a escola, um espaço de troca, construção e respeito, urge que se reflita sobre a dinâmica dos processos que permeiam as transformações e mudanças pelas quais vem passando a sociedade moderna. Por entendermos que a instituição escolar e a família são as instâncias que mais fortemente influenciam no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, este trabalho se propõe a problematizar a participação da família na escola já na educação infantil, enfatizando a importância da gestão democrática nesse processo. A participação da família na escola e a gestão democrática têm recebido muito destaque nas discussões da escola atualmente, os muitos projetos desenvolvidos em parcerias sugerem uma nova forma de olhar estas problemáticas. Para tanto, buscou-se através da abordagem qualitativa, utilizando-se como procedimento a pesquisa bibliográfica, buscando identificar alguns conceitos sobre democracia participativa, participação, modelo de família na atualidade e o papel da gestão democrática neste contexto. Enfim, dados que permita situar e significar a participação na escola, através do modelo de gestão democrática. Colocamos em foco a importância da participação como forma de imprimir vida a relação família e escola, dando ênfase à formação global da criança, e ao seu pleno desenvolvimento, por entendermos ser este o objetivo maior a ser alcançado por toda instituição de ensino, que entende a amplitude e importância do seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Participação; Família; Escola; Gestão democrática.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Course of Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

SCHOOL AND FAMILY: THE POSSIBILITY OF THE PROMISING JOINT AND POSSIBLE SCHOOL MANAGEMENT PROCESS

Author: Maria Hecilia Rodrigues Bezerra
Adviser: Maria Elizabete Londero Mousquer
Dates and Local of Defense: Fortaleza, 11 of December of 2009.

In front of the immense challenge of transforming and making the school a space of exchange, construction and respect, urges that we reflect about the dynamics of the processes that lace transformations and changes through which the modern society is passing to understand that the school and the family are the ranks that more strongly influence the process of development and learning and the child, this work considers the problems regarding the participation of the family in the school in the child's education, emphasizing the importance of the democratic management in this process. The participation of the family in the school and the democratic management has received a lot of attention in the school's discussions currently many projects developed in partnerships suggest a new form of looking at these problems. For such, one searched through qualitative, approach using as procedures the bibliographical research, seeking to identify some concepts on participative democracy, participation, family model in the present time and the cool of the democratic management in this context. We places the focus on the importance of the participation as a way stamp life in the relation between family and school, giving emphasis to the global formation of the child, and to his full development, because we understand that this is the most important goal to be achieved by all education institutions, that means the breadth and importance of their role in society.

Keywords: Participation; Family; School; Democratic management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FALANDO UM POUCO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL	14
1.1 A CONQUISTA	15
2. DEMOCRACIA	20
2.1 ALGUNS CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO.....	22
2.2 O PAPEL DA ESCOLA E DOS GESTORES NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	24
2.2.1 ESCOLA E FAMÍLIA: POR UMA EDUCAÇÃO DE MELHOR QUALIDADE	25
3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE AÇÕES E POSTURAS PARTICIPATIVAS	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

A participação da família na escola tem sido um tema recorrente nos encontros em que se discutem problemas e estratégias para uma educação de qualidade. Porém, quando o assunto é a necessidade de diálogo entre a escola e a família não existe clareza sobre o que isso representa.

Com base na vivência de oito anos de trabalho docente predominantemente em Educação Infantil, observo de forma nítida, a ausência e desinteresse da família na vida escolar de suas crianças. A escola por sua vez encontra-se num estado de letargia, um alheamento do qual ouvimos alguns ecos de palavras fortes, mas desprovidas das ações efetivas. Neste contexto a família segue de um lado, e a escola do outro, reunindo-se apenas em encontros pontuais e pouco produtivos, pois não tem como foco a criança e o seu desenvolvimento e, sim, o cumprimento da agenda escolar e/ou outros temas de interesse da escola.

Nos últimos 50 anos as mudanças ocorridas nos mostram grandes transformações nos modos da criança viver sua infância, sendo a infância entendida como uma construção social e cultural que sofre diferenças marcantes a partir do modo como a criança se insere no mundo. Complementando essa idéia Barbosa e Horn nos dizem que:

Passou-se de uma concepção segundo a qual as crianças eram vistas como seres em falta, incompletos, apenas a serem protegidos, para uma concepção das crianças como protagonistas do seu desenvolvimento, realizado por meio de uma interlocução ativa com seus pares, com os adultos que as rodeiam, com o ambiente no qual estão inseridas. (BARBOSA e HORN, 2008, p.28).

É, portanto, a instituição escolar e a família as instâncias que tem influência direta no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança. A família é responsável por criar, cuidar e proteger a criança, além de ser o primeiro e mais privilegiado espaço em que se inicia a sua socialização, a aprendizagem de valores e limites (DANTAS, 2003).

À escola por sua vez, cabe o entendimento sobre a indissociabilidade do cuidar e educar, pois hoje é consenso que cuidar e educar caminham de forma simultânea e indissociável, permitindo assim a construção da totalidade, da identidade e

também da autonomia da criança. “Cuidar e educar são ações intrínsecas e de responsabilidade da família, dos professores e dos médicos. Todos têm de saber que só se cuida educando e só se educa cuidando”. (Vital Didonet)¹.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9394 de 1996, no seu Art. 29 (BRASIL, 1997), estabelece que, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Lei reforça as responsabilidades e representa sem sombra de dúvida, uma grande conquista, pois, pela primeira vez a educação infantil é tratada como parte integrante da educação básica sendo contemplada com objetivos claros, que englobam todas as dimensões do desenvolvimento da criança.

Vale ressaltar que esse reconhecimento legal não significa garantia de sua efetividade, levando-se em consideração a urgente necessidade de reforma e ampliação principalmente de creches para atender a demanda, pois são conhecidos os problemas de falta de vagas na pré-escola e, mais ainda, na creche.

Diante do exposto perguntamos: qual o tipo de participação é realmente oportunizado à família? A família reconhece a função educativa da escola? Quais ações podem ser implementadas para alcançar resultados positivos de participação? É, portanto, inquestionável a urgência de encontrarmos caminhos e respostas possíveis, visando significar essa relação por reconhecer a sua extrema importância na implementação de ações positivas e de repercussão na formação da criança e no seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, Vieira nos diz que:

Se considerarmos que as crianças constroem a sua identidade, autonomia e conhecimento, num processo de interação com pessoas, as quais, ao interagirem com elas, também aprendem e se modificam, não há porque considerar a creche /pré-escola só em função das necessidades do trabalho da mãe ou só em função das exigências da escola. Elas devem construir espaços de socialização e experiência educativa, que permitam à criança viver e aprender, com qualidade. (VIEIRA, 2003, p.65).

Para respondermos a esses questionamentos, optamos por uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico como norteadora de toda discussão existente no desenvolvimento deste trabalho, contando também com o referencial teórico

¹ Ex-presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar.

desenvolvido pela autora deste estudo, adquirido ao longo de sua vida profissional como também através do curso em conclusão.

Para tanto, este trabalho de pesquisa propõe-se a lançar luz sobre as questões aqui já elencadas, destacando como principal objetivo, refletir as formas de participação da família na escola, descobrindo possíveis canais a serem abertos, destacando o grande papel da gestão democrática como forma de ampliar e qualificar essa participação. Desta forma esperamos contribuir para a melhoria da qualidade na instituição já na educação infantil, através do fortalecimento da parceria família-escola.

A opção pela abordagem qualitativa é justificada por entendermos que ela permitirá um maior aprofundamento nas questões aqui colocadas, já que se trata de uma problemática social. De acordo com Minayo (2007):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2007, p. 27)

A pesquisa bibliográfica nos permite expor e interpretar a realidade de forma a expressar contribuições significativas para o enriquecimento e ampliação da discussão sobre a temática em questão.

O primeiro capítulo conta com um breve histórico sobre a Educação Infantil no Brasil, mostrando sua importância social e educacional, como forma de subsidiar teoricamente o tema em questão e fundamentar os questionamentos levantados.

No segundo capítulo abordamos o tema Democracia, explicando um pouco sobre democracia participativa como também alguns conceitos e significados de participação, construídos e enfatizados com a contribuição de autores como Santos (2002); Lück (2006); Paro (2002); Fumes (2007) e Ferreira (2003) entre outros. Conceitos e significados estes, que continuam influenciando fortemente na atuação dos profissionais de educação e também nas famílias das crianças que frequentam a escola.

No terceiro capítulo, identificamos possibilidades de contribuição da gestão democrática como importante instrumento na construção e viabilização de ações e posturas participativas, como caminho possível para uma articulação efetiva, rumo a uma educação verdadeiramente emancipatória.

Ao nos depararmos com possíveis respostas neste trabalho, estamos cientes que o tema não se esgota, pelo contrário, pretendemos contribuir para que pessoas que tenham interesse nestas questões possam encontrar respostas para suas dúvidas, ou mesmo, interrogações que venham a servir de subsídio para novos estudos relacionados ao assunto aqui pesquisado.

1 . FALANDO UM POUCO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, a educação da criança esteve por séculos sob a responsabilidade da família, sendo através da convivência com outras crianças e com os adultos que ela aprendia as regras e normas da sua cultura, como também participava das tradições e costumes do seu povo.

No Brasil, alguns fatores como, grande número de acidentes domésticos, alto índice de mortalidade infantil e a desnutrição, contribuíram para o surgimento de espaços de cuidados para a criança fora do seio familiar. Essa problemática levou a sociedade a atender a criança fora da família, mas esse atendimento tinha um caráter fortemente assistencialista. Segundo Vital Didonet (2001):

Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 12).

Vale ressaltar que ao longo dos anos foram sendo criadas várias alternativas de atendimento às crianças de classes menos favorecidas, sendo a roda dos excluídos, uma delas, que por mais de um século constituiu-se em uma das únicas formas de assistência as crianças abandonadas ou enjeitadas, como era corrente falar. “A partir da década de 70, a educação de crianças de 0 a 6 anos adquiriu um novo estatuto no âmbito das políticas e das teorias educacionais”. Barbosa (2006, p. 09). A autora ressalta ainda que:

Finalmente, a histórica luta por creches e pré-escolas, engendrada por diferentes movimentos sociais, tomou grandes proporções, e os governos principalmente aqueles que se instalaram pós-abertura política – realizaram investimentos para a ampliação do direito à educação das crianças dessa faixa etária. (BARBOSA, 2006, p. 09).

Os conflitos foram quase sempre a Tonica para as parcas conquistas nessa área. A Constituição representa uma valiosa contribuição na garantia dos direitos,

por ser resultado de um grande movimento de discussão e participação da população civil e poder público, considerada “[...] um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil” (LEITE FILHO, 2001, p. 31). Na realidade, foi somente com a Constituição que a criança de zero a seis anos foi concebida como sujeito de direitos. Dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994a).

Nas últimas décadas tem sido crescente a expansão da Educação Infantil no Brasil. Alguns fatores são apontados por estudiosos, como motivadores desse fato, enumerando-se como os mais significativos: as mudanças ocorridas na estrutura e organização das famílias, que hoje apresenta uma diversidade de arranjos, a participação cada vez mais efetiva da mulher no mercado de trabalho, como também a maior conscientização da sociedade sobre a importância das experiências na primeira infância. Neste sentido é importante lembrar que contribuindo e acompanhando toda essa mudança organizacional corresponde também investimentos em termos de aumento de pesquisas e publicações no campo acadêmico.

1.1 A CONQUISTA

Voltando um pouco na História, sabemos que um dos primeiros fatos sinalizadores, na conquista de direitos para Educação Infantil foi a Declaração dos Direitos da Criança, assinada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1959, que tinha por objetivo garantir às crianças de todo mundo condições de uma vida digna gozando de proteção, alimentação, acesso à escola, à

saúde, ao lazer, ou seja, o mínimo necessário para o seu desenvolvimento adequado, conforme a obra *Os direitos da criança*, ONU (1990).

A partir daí surgiram muitos outros documentos que tinham por objetivo garantir à infância alguns direitos, sendo um deles a Constituição Federal, de 1988, que em seu art. 227 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, reconheceu o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, e, a partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV), o que representou um grande passo no que se refere aos direitos da infância.

Posteriormente veio o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1991) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), que representaram avanços legais de grande importância na busca de garantia dos direitos à educação da criança. Ela estabelece ainda a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, direito da criança, dever do Estado e opção da família (Título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A LDB que atualmente rege a Educação Nacional pode não ser o que foi sonhado pelos grupos e pessoas que participaram do processo de sua elaboração, mas ela é sem sombra de dúvidas uma das Leis que mais obriga e responsabiliza o Poder Público em matéria de Educação. É bem verdade que ao longo do processo muitos avanços que poderiam ser conquistados hoje, foram deixados para trás por motivos diversos, porém os que foram conquistados já representam alterações significativas no panorama educacional atual sinalizando para uma sociedade mais aberta e porque não dizer, mais democrática? Vale lembrar que é na LDB aprovada em 1996 que consta mesmo de forma sucinta, o

lugar da Educação Infantil na estrutura educacional, sua finalidade, e a natureza que a avaliação precisa ter.

A temática da inserção da Educação Infantil e da Democratização da Gestão Escolar não foi delimitada apenas a partir de dispositivos da legislação brasileira. É importante destacar que, o movimento internacional, que teve como base a Conferência de Jomtien (1990), evento organizado pela UNESCO² – Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura, que ficou mais conhecido como Conferência Mundial sobre Educação para Todos, resultando no documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação para Todos. A Declaração de Dakar (2000) veio reforçar e fortalecer os encaminhamentos existentes no sentido de acelerar o progresso da Educação para Todos. Todas estas Conferências mundiais, das quais o Brasil é signatário, foram decisivas para o delineamento das atuais políticas educacionais. A interferência dos organismos internacionais, dentre eles UNESCO, ONU, Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros, articulados através das conferências mundiais de educação, trazem em seu bojo indicativo para países em desenvolvimento, e, que neste processo comprometem-se em atender aos indicadores estabelecidos mundialmente.

Para estas organizações a educação é concebida como uma solução para o combate à pobreza, considerando a responsabilidade da comunidade, da família e do Estado. Os documentos destas organizações têm como aspectos mais importantes e comuns entre elas: a reforma do Estado e posteriormente da Educação, a focalização, a equidade, a descentralização, a privatização e a solidariedade.

Contudo, nenhuma Lei tem poder por si só, faz-se necessário que cada instância do Poder Público dê o devido cumprimento, e os diferentes segmentos da sociedade civil organizada estejam atentos para a efetivação de seus dispositivos, sem esquecer-se de lutar também pela conquista dos avanços que não foram

² UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada em 16 de novembro de 1945. Para esta agência especializada das Nações Unidas, não é suficiente construir salas de aula em países desfavorecidos ou publicar descobertas científicas. Educação, Ciências Sociais e Naturais, Cultura e Comunicação são os meios para se conseguir atingir um objetivo bem mais ambicioso: construir paz nas mentes dos homens (UNESCO, 2008).

alcançados no passado, e fundamentalmente, tornar real o que ela nos garante no presente.

Portanto, a Constituição Federal, a LDB (BRASIL, 1996) e o PNE (Brasil, 2001) determinam competências e responsabilidades para os sistemas de ensino sendo complementadas com diretrizes e resoluções formuladas pelo CNE. Todo o sistema educacional é alvo dessa abrangência legal, desde os órgãos responsáveis nos seguimentos federal, estadual e municipal, até as instâncias de educação infantil.

Considerando-se os fundamentos da legislação, enumeramos algumas competências para os sistemas de ensino, em nível municipal de acordo com os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil – 2008:

- Ampliar progressivamente o atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade para atingir toda a demanda em âmbito municipal;
- Responsabilizar-se pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil em âmbito municipal;
- Incluem a Educação Infantil no Plano Municipal de Educação em consonância com a política local definida para a área;
- Autorizem apenas a contratação, nas instituições de Educação Infantil, de professores, diretores e coordenadores com a formação exigida;
- Promovam a admissão de professores na rede pública somente por meio de concurso;
- Promovam a formação continuada dos professores e de outros profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil;
- Adotem medidas para assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem e avaliem suas propostas pedagógicas com a participação da comunidade escolar;
- Garantam a gestão democrática com a implantação de conselhos nas instituições públicas de Educação Infantil, aprimorando as formas de participação da comunidade;

Apesar das conquistas alcançadas para essa modalidade da educação, ela ainda não é obrigatória, como também não é prioritária aos municípios.

É válido acrescentar que, tanto em relação ao acesso quanto em relação à qualidade do atendimento, a distância a ser percorrida ainda é grande. Neste sentido é importante lembrar que a definição de “qualidade” aqui entendida refere-se a algo a ser alcançado, numa busca coletiva e constante.

Pascal e Bertram (1999, p. 24) destacam que “qualidade é um conceito valorativo, subjetivo e dinâmico que varia com o tempo, a perspectiva e o lugar”. Desta forma, é importante entender que não existe um patamar mínimo de qualidade que possa se aplicar a maior parte das instituições de Educação Infantil, porém para que um patamar de qualidade satisfatório seja alcançado, é necessário que o poder público em todos os diferentes níveis atue de forma colaborativa, respeitando-se os limites de cada órgão, mas não prescindindo da articulação e colaboração recíproca.

Quando falamos em qualidade, torna-se prioritário falar sobre a formação profissional que também é tratada na LDB para esse nível de educação, considerando-se que os profissionais precisam ter uma formação específica, formação em serviço, apoio técnico e pedagógico, como também boas condições de trabalho, como forma de imprimir qualidade no trabalho desenvolvido.

É importante lembrar que a compreensão, pelo o professor, da função do trabalho educativo desenvolvido em creches, evita que ele se restrinja a guardião das crianças enquanto os pais trabalham. Ele precisa ter muito claro que sua ação deve integrar educar e cuidar de forma indissociável. Oliveira-Formosinho (2002), estudiosa da Educação Infantil, nos mostra três características típicas das crianças, que devem ser considerados pelo professor, devido à influência no fazer pedagógico e no aumento de suas responsabilidades e compromissos. São elas:” globalidade, vulnerabilidade e dependência da família”. Falando um pouco sobre a última, mais que nas outras etapas da Educação Básica, no início da Ed. Infantil, os laços entre as famílias das crianças e a creche, que se centra muito na figura do professor, necessitam ser estreitos, considerando-se que são as famílias as principais fontes de informação sobre as crianças.

2 . DEMOCRACIA

Para nos aproximarmos do conceito de democracia é interessante saber que sua prática teve origem entre as civilizações clássicas e chegou à sociedade ocidental burguesa já bem modificada, pois nesse percurso passou por diferentes contextos sociais e políticos, sofrendo mudanças, tornando-se portanto, diferenciada. Muito presente nas pesquisas em educação, a democracia vem se tornando cada vez mais necessária como base de implantação da gestão democrática e de participação.

Porém, se quisermos saber o real significado de democracia, o dicionário não será suficiente para nos informar porque existe um consenso de que a democracia deve ser vivenciada bem antes de ser conceituada. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, democracia é: governo do povo; soberania popular. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e na distribuição equitativa do poder, e foi usado pela primeira vez no século V ac. pelo historiador grego Heródoto (FERREIRA, 2003).

Podemos também dizer que democracia é uma palavra, sobretudo, um estado de espírito. Segundo Fumes (2007, p. 11), “quando começa a ser adjetivada, ela começa a decompor-se”. Quando se fala em democracias populares, quando se fala em democracia de qualquer natureza, evidentemente, neste momento, ela deixa de ser democracia para começar a decompor-se, comenta o autor.

Boaventura (2002), nos mostra em seus estudos a concepção denominada contra-hegemônica de democracia, em que são negadas as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo-se a pluralidade humana.

Além dos aspectos normativos, tanto a democracia radical quanto a democracia participativa apresentam três normas básicas, que podem nos auxiliar na análise de experiências de democratização da educação, buscando identificar seus avanços, limites, possibilidades e, sua contribuição no processo de democratização da educação e, da própria sociedade. São eles apontados por Santos (2002):

1) a vivência democrática nos diferentes espaços sociais leva à democratização da sociedade;

2) a democracia se consolida como prática social de todos os dias, por meio de processos de formulação e renovação de uma cultura política nos diferentes espaços sociais, criando novas oportunidades ao exercício democrático;

3) a democracia participativa é um dos campos sociais e políticos da emancipação social.

O autor defende ainda a necessidade de complementaridade entre democracia participativa e democracia representativa. No entanto, percebe que a relação entre as duas é problemática.

A tensão entre as duas formas de democracia parece constitutiva das democracias modernas, pois nem a prática política nem a teoria democrática têm sido capazes de formular outra relação entre elas que não seja a relação de soma zero: a expansão de qualquer delas só pode ser obtida à custa da restrição da outra. (SANTOS, 2002, p. 549)

Boaventura afirmou na Conferência do Fórum Social das Américas, em Quito que, o conceito de democracia ainda é propriedade de elites, politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. Ao mesmo tempo em que a democracia ainda tem que ser aprofundada nas instituições, a riqueza de experiências democráticas se encontra nas ruas, fora da instituição e, algumas vezes, da legalidade, pondera Boaventura. "E isso temos que preservar. Se transformarem nossas lutas em ilegais lutaremos na ilegalidade" (VERENA GLASS, 2004).

[...] como um campo de interação e deliberação em que indivíduos, grupos e associações, por intermédio de retórica dialógica e regras procedimentais partilhadas, estabelecem equivalências e hierarquias entre interesses, reivindicações e identidades; aceitam que tais regras sejam contestadas ao longo do tempo, pelos mesmos indivíduos, grupos ou associações ou por outros, em nome de interesses, reivindicações e identidades que foram anteriormente excluídos, silenciados, desacreditados (SANTOS, 2003, p. 432).

A ocupação consciente dos espaços sociais, incluindo os da escola e do sistema educacional, abre a possibilidade das oportunidades do exercício democrático, que se daria pela construção de práticas cotidianas democráticas. O estudo da democracia na educação não deveria buscar modelos ideais, mas sim investigar diferentes possibilidades de vivências democráticas. As idéias incompletas

presentes em teorias, podem nos auxiliar na apreensão da dinâmica social contingente, imprevisível e contextual na qual se insere a construção democrática nos espaços educativos.

Por fim, a referência das novas teorias democráticas também se mostra presente na idéia de que a construção de relações democráticas nos espaços educativos pode contribuir para a transformação social. Vivemos em um momento histórico, em que o discurso prega a ausência de alternativas ao neoliberalismo, tendo em vista que elas, da forma como foram implantadas, se mostraram ineficientes e, ruíram, conforme esclarece Santos (2003).

Possivelmente, não exista "A" alternativa, mas sim pequenas alternativas que vão se realizando na prática social, onde as práticas educativas se inserem, e, dessa forma, contribuindo com a mudança da educação e, da própria sociedade. Assim, quanto maior a possibilidade de vivências democráticas nos diferentes espaços sociais, maior a possibilidade de inclusão e emancipação social, que podem criar um número cada vez maior de relações igualitárias, que concorrerão na mudança social.

2.1 ALGUNS CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO

De acordo com a etimologia da palavra, participação origina-se do latim "participatio" (pars + in + actio) que significa ter parte na ação. Para ter parte na ação torna-se necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir (LÜCK, 2006).

Para Benincá (1995, p. 14) "executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre ela".

Demo (1988) nos diz que: participação é o mecanismo ou processo através do qual a população, por meio de seus representantes, participa do processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução tanto nos níveis federal, estadual e municipal.

Para Abranche participação é:

Um exercício democrático, por meio do qual aprendemos a eleger o poder, fiscalizar, desburocratizar, e dividir responsabilidades, sendo que os vários canais dessa participação convergem para elaborar condições favoráveis de surgimento dos cidadãos (ABRANCHES, 2003, p. 76).

Considera-se que a participação é uma construção histórica e social, por exigir aprendizado contínuo. Numa visão mais abrangente, ela é entendida como intervenção constante nas definições e nas decisões das políticas públicas, tornando-se uma prática social efetiva que sedimenta uma nova cultura de cidadania.

Portanto, a sociedade não pode descobrir a importância da participação apenas na prática, pois muitos não têm oportunidade e nem interesse de atuar, ficando sempre à margem nos processos decisórios. O papel do cidadão como parte de uma comunidade, de uma sociedade, precisa ser estimulado e descoberto na escola, como forma de legitimar ações participativas que venham a consolidar a democracia como um todo.

A participação sendo uma das dimensões mais importantes da gestão democrática, no espaço escolar, Lück (2006, p. 32) afirma a necessidade de reconhecê-la em seu sentido pleno, correspondendo “a uma atuação conjunta superadora das expressões de alienação e passividade de um lado e autoritarismo e centralização do outro”.

Enfatiza também que a participação tem como característica fundamental a força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social de um grupo, de uma equipe, reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica, da cultura da unidade social, a partir da competência e vontade de compreender, decidir e agir em conjunto.

Como mostram os estudos feitos por Libâneo (2001), participação é fundamental, pois garante a gestão democrática da escola, sendo assim o meio em que todos os envolvidos no processo educacional da instituição estarão presentes, tanto nas decisões e construções de propostas como nos planos, programas, projetos, ações, eventos, e também no processo de implementação, acompanhamento e avaliação.

2.2 O PAPEL DA ESCOLA E DOS GESTORES NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O processo de construção de uma gestão democrática exige muito de uma instituição. O tempo e o planejamento são duas necessidades básicas para que um gestor comece a mudar seu trabalho diretivo, que com certeza é bem mais simples que adotar os preceitos de uma gestão democrática.

Existe hoje o consenso que, para a construção de um ambiente propício à participação, no sentido de alcançar objetivos comuns que venham de encontro a garantir uma educação e aprendizagem de qualidade, os diretores (gestores), necessitam desenvolver certas competências, que na vida real tornam-se bastante complexas de serem colocadas em prática. Porém, a superação do paradigma autoritário exige esforço, e nesse processo uma das habilidades considerada básica é saber ouvir. A escuta atenta, levando em conta as idéias, sugestões e questionamentos, abre um amplo leque de contribuições na resolução de problemas e oportuniza a participação.

A liderança é apontada por alguns autores como habilidade básica de um bom gestor. Lück (2009)³ nos diz que, “trata-se de um exercício associado à consciência de responsabilidade social”. E completa: “Onde a gestão é democrática e participativa, há a possibilidade de desenvolver essa característica em diversos agentes”.

Bernardete Gatti (2008)⁴ considera que a noção do sistema escolar é elementar para um gestor bem sucedido. “É fundamental, para estabelecer as ligações necessárias com professores, inserir a escola na comunidade, conhecer a rede, o município, a região e as exigências próprias do sistema”.

As expectativas sobre o professor, neste contexto mutável é de grande relevância, pois espera-se que ele tenha muitas habilidades, entre elas, contam-se: acolhedor da diversidade, aberto a inovações, comprometido com a aprendizagem, com boa formação científica e cultural, domínio da língua, com conhecimentos tecnológicos, articulador de conteúdos educacionais, com profundos conhecimentos de sua área de atuação, que estabeleça relações de integração da sua com outras

³ Entrevista publicada na Revista Nova Escola – Gestão Escolar, Ano I – Nº 1 – Abril/Maio 2009.

⁴ Entrevista publicada na Revista Nova Escola – gestão Escolar – Ed. Especial , nº 1- Agosto 2008.

áreas do conhecimento, implantador de projetos significativos, enfim, alguém que saiba valorizar o aluno e sua aprendizagem.

Segundo Schön (1987, p. 27), “a formação de professores tem recebido várias críticas mundiais por não produzir profissionais competentes que revertam a situação de desempenho medíocre”, conquistado pelas escolas, a altos custos e ainda, não reverter o quadro do desempenho dos alunos.

2.2.1 ESCOLA E FAMÍLIA POR UMA EDUCAÇÃO DE MELHOR QUALIDADE

Ao processo de adequação do indivíduo ao meio social onde nasce, é dado o nome de Educação, entendida nas palavras de Freire (2005, p.98) como “experiência especificamente humana e como forma de intervenção no mundo”. Mas, a educação não acontece somente na escola, afirmamos isso, baseados em Gadotti (2005), quando diz que:

[...] conhecemos o mundo, primeiro através dos nossos pais, do nosso círculo imediato e só depois é que, progressivamente, alargamos nosso universo. O bairro, e logo em seguida a cidade, são os principais meios educativos de que dispomos. A cidade educativa é uma cidade com personalidade própria, integrada a um país, a um mundo, num sistema complexo em constante evolução. (GADOTTI, 2005, p. 284).

Eles são os primeiros exemplos de valores a serem seguidos. A formação de homens livres e responsáveis começa no seio familiar, quando esta influencia acontece de maneira positiva, preservando valores fundamentais, no processo de construção da personalidade das crianças. Caso esse padrão original representado pela família seja perdido, todo o processo educativo do indivíduo estará comprometido, resultando disso uma sociedade de indivíduos facilmente domináveis por aqueles que detêm o poder, seja em que esfera for. Fonseca (2004) afirma que:

A evidência mostra ser a família quem oferece o melhor quadro emocional e moral para uma criança ou jovem adquirir esse padrão de referência original. Claro que não é a família sozinha que sustenta esse padrão original e muito menos os conhecimentos e competências, exigidos pelas sociedades modernas. Especificamente em relação ao padrão valorativo original, este resulta de diversos contributos e influências de muitos lados, em que a televisão e o exemplo dos adultos e dos jovens mais velhos são dos mais preponderantes. Mas acima de todos eles está (ou deve estar) certamente a escola, enquanto instituição especializada ao serviço da educação, que realizará tanto melhor a sua função educativa quanto mais perfeita for a cooperação entre ela e a família de cada criança ou jovem. (FONSECA, 2004, p. 1)

Stoeber (2004) assim se posiciona quanto aos relacionamentos familiares e aos seus significados:

Não podemos esquecer de que os relacionamentos humanos possuem múltiplas facetas, pois cada um de nós desempenha na vida uma enorme variedade de papéis, muitos dos quais justamente com alicerces na dinâmica família/indivíduo: papel de pai, de mãe, de filho, filha, de avô, avó, de irmão, irmã, para apenas citarmos os referentes à família nuclear. O sucesso ou insucesso dos outros inumeráveis papéis que teremos de exercer ao longo de nossa história dependerão, em grande parte, do sucesso ou insucesso de nossas relações dentro do sistema familiar. Poder investir neste sistema é, então, poder desenvolver meios eficazes de atuação em vários outros sistemas, entre eles a escola. (STOEBER, 2004, p. 3).

Portanto, escola e família, mesmo sendo instituições distintas, podem ser complementares em se tratando de educar. Ambas podem condicionar a criança a ser passiva e sem força criadora, sem poder de transformação interna e externa, ou podem oferecer ferramentas e condições para que as atitudes e habilidades de criação possam aflorar como mecanismos de construções criativas na vida pessoal e também no exercício consciente da cidadania.

A aprendizagem familiar proporciona a aquisição de valores e conceitos culturais fechados, e a escola favorece a aprendizagem social. O mais importante é que esses espaços, tanto família, quanto escola possa ser também usado de forma efetiva para aprendizagens sociais de convivência e respeito mútuo.

Essa busca de acordos educativos deve ser realizada em um ambiente de respeito e de negociação permanente. É importante destacar que através do trabalho colaborativo entre a instituição e a família é possível conhecer a função educativa da escola, além de oferecer modelos de intervenção e de relação com as crianças, ampliando e enriquecendo o leque de possibilidades e interações,

valorizando os seus avanços, contornando eventuais dificuldades e prevenindo o aparecimento de problemas futuros.

É válido dizer que atualmente um grande movimento na Educação Infantil do nosso município tem levado a alguns avanços. A elaboração e publicação da Proposta Pedagógica da rede municipal com os encaminhamentos e acompanhamento para a construção da proposta para cada instituição escolar, é um deles. Porém, faz-se necessário saber com clareza quais os objetivos que temos para a educação das crianças pequenas das nossas instituições e os conhecimentos que são essenciais para a inserção delas no mundo. Vivemos hoje na sociedade da informação, “mas o conhecimento só é conhecimento quando está organizado, relacionado com as informações e inserido no contexto delas.” Barbosa e Horn (2008, p. 38).

3 . A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE AÇÕES E POSTURAS PARTICIPATIVAS

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. (LÜCK, 2006, p. 21).

A gestão educacional mostra-se extremamente importante no atual contexto da educação como também das organizações em geral, porém, faz-se necessário superar rapidamente as limitações da administração, quando consideradas como um valor em si mesmas. Na obra de Heloisa Lück (2006), “Gestão Educacional: uma questão paradigmática”, uma das questões que nos chama a atenção é a forma que a gestão educacional trabalha no sentido de evidenciar concepções limitadas e apontar outras de caráter mais amplo e significativo para promover o desenvolvimento das organizações educacionais e a transformação de suas práticas. É importante entender como a própria autora diz que:

Com a denominação de gestão o que se preconiza é uma nova óptica de organização e direção de instituições, tendo em mente a sua transformação e de seus processos, com a transformação da atuação, de pessoas e de instituições de forma interativa e recíproca, a partir de uma perspectiva aberta, democrática e sistêmica.(LÜCK, 2006, p. 109)

Entende-se que a gestão não se propõe a depreciar ou invalidar a importância da administração, mas, sim, a superar as limitações de enfoque fragmentado, simplificado e reduzido da mesma. Portanto a gestão educacional compreendida como uma mudança de paradigma desenvolve-se associada a outras idéias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, participação, práxis, cidadania, autonomia, pedagogia interdisciplinar, avaliação qualitativa etc. de influência sobre todas as ações e aspectos da educação, inclusive as questões operativas, que ganham novas conotações a partir delas. Alguns aspectos que caracterizam a transformação e superação do enfoque da administração para gestão são descritos a seguir:

1. Óptica organizada com visão de conjunto;
2. Limitação de responsabilidade para a sua expansão;
3. Autoridade centralizada para descentralizada;
4. Ações episódicas para processos dinâmicos, contínuos e globais;
5. Burocratização e hierarquização para a coordenação e horizontalização;
6. Ação individual para a ação coletiva.

A Gestão Educacional compõe-se de ações entre as esferas, federal, estadual e municipal, ou seja, engloba a esfera macro da educação e é responsável por gerir relações políticas, sociais e administrativas no contexto educacional. Gestão Escolar por sua vez abrange o fazer pedagógico, a comunidade escolar, o financeiro e o administrativo. A partir dos princípios Constitucionais de 1988 e da LDB 9394/96, a Gestão Escolar passa a ser apresentada como Gestão Escolar Democrática. ... “e implica em que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores, e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais.” (BARBOSA, 1999, p.219).

Numa sociedade que se democratiza e se transforma, novas demandas surgem e necessitam de soluções. Para os Gestores Escolares é imprescindível conhecer a dimensão do conjunto organizacional, ou seja, a escola como realidade global, e, ser capaz de adaptá-la às novas exigências que a localidade almeja. Uma administração transformadora, que promove cidadania só se torna possível quando a importância de sua tarefa político-pedagógica é contrapor-se ao autoritarismo, a centralização e resgatar o verdadeiro sentido de administração democrática participativa. Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que a articulação escola e família movida por uma educação de qualidade configuram-se como um dos caminhos na promoção da gestão democrática e participativa.

A preocupação com a melhoria da qualidade da Educação levantou a necessidade de descentralização e democratização da gestão escolar e, participação tornou-se um conceito nuclear. Construir um ambiente democrático onde a participação e a ação caminham juntas é um dos principais desafios da Educação na atualidade, e também uma das formas essenciais na busca da qualidade do ensino.

A urgência de uma escola mais humanizada e preocupada em formar para a cidadania nos remete diretamente para um conceito hoje, discutido e aceito em

nosso país e também no mundo. Estamos falando de Gestão Democrática como um conceito que está longe de ser incorporado na prática, mas de incontestável importância como forma de se construir uma sociedade mais humana, onde o coletivo seja mais importante que o individual, onde a igualdade seja a tônica em todas as questões.

É bem verdade que o conhecimento sobre gestão democrática está sendo construído pelos gestores diariamente nas instituições. Porém, existe um consenso quando se fala nos gestores que conseguem implantar uma gestão participativa nas instituições onde trabalham. Invariavelmente eles são portadores de algumas competências imprescindíveis na construção de um ambiente motivador de participação na conquista de objetivos comuns.

Como afirma Luck (2006, p. 27), “a criação de ambientes participativos é, pois, uma condição básica da gestão democrática. Dela fazem parte uma visão de conjunto da escola e de sua responsabilidade social”. Entre as competências necessárias, uma muito importante é a capacidade de ouvir e considerar idéias e posicionamento de outras pessoas, ainda que sejam diferentes ou mesmo divergentes dos seus. Esta competência permite construir coletivamente as soluções necessárias para todas as áreas, como também quebra o modelo de autoritarismo tão presente no modelo de administração, onde as decisões são centralizadas no diretor e sua vontade é a lei.

Não resta dúvida que o caminho é árduo considerando-se que ainda estamos aprendendo a lidar com este conceito “novo” que trás em sua essência a inclusão. Inclusão sim, pois viver de forma democrática pressupõe entre outras coisas, respeito à diversidade e às diferenças culturais, porém, como nos diz Dourado (2004):

[...] convivemos com um leque amplo de interpretações e formulações reveladoras de distintas concepções acerca da natureza política e social da gestão democrática e dos processos de nacionalização e participação, indo desde posturas de controle (qualidade total) até perspectivas de participação efetiva, isto é, participação cidadã. (DOURADO, 2004, p. 79).

Na complexidade do mundo atual a gestão democrática da educação tem como foco novas finalidades que sendo colocadas em ação possam superar os grandes problemas com os quais a escola se depara diariamente, e por vezes se ver

impotente diante do caos em que estamos vivendo. O documento final da Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 diz que:

As experiências democráticas que concorrem para o aperfeiçoamento da gestão são as que reforçam a participação de todos os segmentos constitutivos da comunidade escolar, norteiam-se pela construção de projetos político-pedagógicos participativos e convivem com os colegiados e as representações dos grupos sociais existentes no interior das instituições escolares. Desse modo, devem contribuir para a consolidação de uma política direcionada ao projeto político-pedagógico da escola, que tenha como fundamento: a participação popular, a autonomia escolar, a gestão participativa e a diversidade cultural (BRASIL, 2008, p. 22),

Na história do Brasil sobre a gestão democrática, podemos registrar que a partir da década de 80, documentos legais e reformas educacionais estimulam a criação de diversos colegiados que se organizam como conselhos fiscais, como o da merenda escolar; do conselho do FUNDEF; conselhos com funções normativas, como os conselhos de educação em nível estadual e municipal; grêmios estudantis; conselhos de classe e os conselhos escolares ou as associações de pais e mestres que são organizadas na maioria das unidades escolares públicas do país.

Ao tratar da diversidade de conselhos na gestão dos sistemas de ensino Cury (2004) comenta que:

A gestão democrática é mais do que a exigência de transparência, de impessoalidade, e moralidade. Ela expressa tanto a vontade de participação que tem se revelado lá onde a sociedade civil conseguiu se organizar autonomamente, quanto o empenho por reverter à tradição que confunde os espaços públicos com o privado. (CURY, 2004, p. 55).

O fortalecimento da escola é condição necessária para o alcance de um novo patamar de gestão educacional, que dote as instituições de perfil próprio e competência para responder publicamente pelos resultados de seu trabalho.

O repasse de recursos diretamente à escola, sem a intermediação dos governos dos estados ou dos municípios, exige que a instituição tenha uma associação de pais e mestres, conselho escolar ou caixa escolar, havendo assim uma cogestão dos recursos públicos com representantes da comunidade a que pertence a escola. Cada instituição recebe um valor proporcional ao número de alunos e diferenciado segundo a região onde se localiza (BRASIL, 1996, p. 63).

Não podemos esquecer-nos de comentar que a comunidade com participação no processo de gestão das escolas públicas, requer muito mais que força

institucional, mas, exige um conjunto de ações que contribua superando assim os limites de tempo, espaço, formação escolar, relações de poder, representatividade e o acesso às informações. Dourado (2004), diante desse argumento, afirma que:

A ação educativa e, conseqüentemente, a política educacional em qualquer das suas feições não possuem apenas uma dimensão política, mas é sempre política, já que não há conhecimento, técnica, e tecnologias neutras, pois todas são expressão de formas conscientes ou não de engajamento. (DOURADO, 2004, p. 82).

No entanto, devemos ressaltar que o exercício da cidadania, deve estar presente, possibilitando a participação de todos por causas coletivas, no processo de tomada de decisão, e não apenas em decisões e ações previamente estabelecidas.

Karel Kosik (1976, p. 18) nos diz que: “a realidade pode ser mudada só porque e só na medida que nós mesmos a produzimos, e na medida em que saibamos que é produzida por nós”. Portanto, compete então, a gestão democrática da educação, a revisão do papel desempenhado pela educação nas últimas décadas, considerando-se que é ela, a educação, responsável pela construção, elaboração e difusão do conhecimento. Conhecimento este que é um bem de valor incalculável, e, essencial no processo de emancipação do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo versa sobre “Escola e Família: a possibilidade de uma articulação promissora e possível no processo de gestão escolar”. Procurou-se apresentar a análise final das discussões a ele pertinentes, acompanhando o desenvolvimento dos capítulos em consonância com os questionamentos existentes.

O que se observa ao longo dos anos é que a família só é chamada à escola para atender a interesses e demandas da mesma. Porém, no dia-a-dia é comum o levantamento de questões sobre a deficiência ou mesmo ausência de participação dos pais na instituição, mas percebe-se muito claramente a falta de interesse numa parceria verdadeira por parte da escola, com clareza de papéis definidos, com transparências nas ações e nos gastos da instituição, tanto a nível pedagógico quanto a nível administrativo.

As leituras e estudos realizados no desenvolvimento deste trabalho permitem-nos entender que a integração da escola com a família já na Educação Infantil, ao tomar como foco o trabalho em parceria, deve considerar algumas prerrogativas, sendo uma delas as mudanças históricas ocorridas na estrutura familiar, chegando até aos modelos e arranjos da atualidade. Pois entendemos que a escola precisa acompanhar essas mudanças, encontrar caminhos e novas formas de trabalhar com tanta diversidade. Não adianta mais ficarmos procurando culpados, mas sim, entender que com modelos familiares antigos ou modernos, é dever da escola oferecer uma educação de qualidade.

Para tanto, é importante lembrar que a polêmica, ainda atual, sobre cuidar e educar, educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento, e o papel do afeto na relação pedagógica, constituem-se em pano de fundo na construção das propostas em Educação Infantil. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI/MEC, 1998), educar significa:

Propiciar situações de brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL. RECNEI/MEC, 1998).

Acrescenta ainda que, “a base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades”.

A questão da participação, como já foi tratada até aqui, é o principal instrumento para a construção de parcerias colaborativas na perspectiva da gestão democrática, que no nosso caso em particular, propõe que ela seja instaurada desde a creche, pois se a democracia é para ser vivenciada mais que conceituada, nada mais oportuno que exercitá-la através de uma gestão participativa, onde as crianças e suas famílias sejam respeitadas em sua diversidade e especificidades, e principalmente possam ser ouvidas.

Sabemos que a construção de parcerias é algo que demanda trabalho árduo e exigente. Carece de levar em conta, como já falamos anteriormente, as condições reais das várias instituições envolvidas, tais como: família, escola, e ainda todos os sujeitos dessas instituições sem esquecer as mudanças e possibilidades históricas da modernidade. Mas, sabemos também que os ganhos são imensuráveis quando as decisões sobre os gastos e investimentos, a construção do currículo, do projeto pedagógico, só para dar alguns exemplos, são compartilhadas por todos os entes que fazem parte da instituição. Como nos disse Gustavo Heidrick em uma matéria publicada na Revista Nova Escola⁵, “Assim o democrático deixa de ser adjetivo para se tornar prática”.

Entendemos também o Projeto Pedagógico como um dos mais valiosos instrumentos de democratização da escola. É ele que estabelece a missão e os objetivos da escola e funciona como um roteiro para orientar ações, sendo também um importante instrumento de auto-avaliação. O educador espanhol Manuel Alvarez compara o PP a “uma pequena Constituição”, que nem por isso pode ser encarada como um conjunto de normas rígidas. A elaboração do PP oportuniza a escola escolher o currículo e organizar espaço / tempo de acordo com a necessidade de ensino de cada instituição. Além da LDB o PP deve considerar as orientações das diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e os PCNs, que no nosso caso são os da educação infantil.

Esperamos que as reflexões e as sugestões de leitura propostas auxiliem no estudo e sistematização dos aspectos abordados, pois as leituras e estudos

⁵ Revista Nova Escola, nº 4, de outubro/novembro de 2009.

realizados nos possibilitaram a percepção de que, há enormes desafios a serem enfrentados, mas também a certeza de que a parceria escola e família deve ser construída desde a entrada da criança na creche, como também deve ser construída uma proposta pedagógica com os devidos encaminhamentos para que o currículo e a avaliação sejam caminhos reais e vivenciáveis, na busca de objetivos compatíveis com a realidade dessas crianças, e dessa forma as mesmas possam ter já na creche, um lugar de aconchego, respeito e valorização, como referência de primeiro contato fora dos seus lares.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questão de Nossa Época).

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **A reforma da educação básica e as condições materiais das escolas**. Brasília: CNTE – Confederação Nacional de Trabalhos em Educação, 2004.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. São Paulo: Artmed, 2008.

BENINCÁ, E. As origens do planejamento participativo no Brasil. **Revista Educação** - AEC, n. 26, jul./set. 1995.

BRANDÃO, Assis. **Sobre a democracia participativa**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 54, Ano XVIII, Cortez: São Paulo, 1997, p. 113 -131.

BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Educação para todos**. Brasília, MEC. 1993.

BRASIL. MEC. 1ª Conferência Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC. Abril, 2008.

BRASIL. MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, vol. 1, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1991.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de 1996. Brasília: Senado Federal, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DANTAS, Iuri. **UNICEF mapeia desigualdade no Brasil**. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 12 dez. 2003.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

DIDONET, Vital. **Creche**: a que veio... para onde vai... In *Em Aberto*, Brasília, v. 18, n 73. julho 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão democrática da escola**: movimentos, tensões e desafios. Brasília: CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação**: resignificando conceitos e possibilidades. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Víctor. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre; Artmed, 1995.

FREIRE, P; NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FUMES, Rodrigo César Paes (org). **Limites da Democracia**. Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades, v. 1, p. 1-15, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

GLASS, Verena. Elite é socialmente democrática, mas socialmente fascista. 2004. Disponível em: <http://fsainfo.rits.org.br/show_text.php?key=202>. Acesso em: 12 nov. 2009.

GUIRALDELLI, Junior Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006 (Série: Caderno de gestão).

MELLO, Guiomar Namó de & REGO, Teresa Cristina. **Formação de Professores na América Latina e Caribe: a busca por inovação e eficiência**. Conferência Internacional: Desempenho de Professores na América Latina, Tempo de Novas Prioridades. Brasília, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ONU – Organização das Nações Unidas. In: ONU. **Os direitos da criança**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

PASCAL, Cristine; BERTRAM, Tony. **Desenvolvendo a qualidade em parceria**. Porto: editora Porto, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática da sociedade**: em diálogo com Gramsci. 2 ed. Sobral-CE: Editora UFPE, 2006.

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B.S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHÖN, D. **Educating the reflexive Practitioner**. São Francisco; Jasey Bass, 1987.

STOEBER, Isa Spanghero. A Psicopedagogia e a Família. Online. 2004. Disponível em: <http://www.psicopedgogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrID=20>> Acesso em 04. nov. 2009.

VIEIRA, L. M. F. **Educação Infantil**. Presença pedagógica. v. 9, n. 5, p. 62-65, 2003. Sites visitados: http://www.fsainfo.rits.org.br/show_text.php?key=202